
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Colombari
Contador CRC ISP195838/O-3

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			Passivo		
Circulante	45.714	30.864	Circulante	39.866	25.638
Disponibilidades (Nota 6)	619	342	Depósitos (Nota 11)	17.591	12.259
Relações interfinanceiras(Nota 6)	9.921	9.043	Depósitos à vista	4.347	3.121
Operações de crédito (Nota 7)	35.425	22.136	Depósitos à prazo	13.244	9.138
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-1.084	-937	Relações interdependências (Nota 12)	18	6
			Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	20.559	12.226
Outros créditos	833	280	Outras obrigações	1.698	1.147
Créditos por avais e fianças honrados	0	0	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	8	13
Rendas a receber (Nota 8)	325	147	Sociais e estatutárias	586	518
Diversos (Nota 8)	508	133	Fiscais e previdenciárias	160	31
			Diversas (Nota 14)	944	585
Outros valores e bens (Nota 9)	0	0	Exigível a longo prazo	30.755	19.351
			Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	30.755	19.351
Realizável a longo prazo	37.585	24.026	Patrimônio líquido (Nota 16)	15.372	11.232
Operações de crédito (Nota 7)	37.585	24.026	Capital social	10.836	7.963
Despesas antecipadas	0	0	Fundo de reserva	3.643	2.764
			Sobras (Perdas) acumuladas	893	505
Permanente	2.694	1.331			
Investimentos (Nota 10 a)	1.683	828			
Intangível	0	0			
Imobilizado de Uso (Nota b)	1.011	503			
Total Ativo	<u>85.993</u>	<u>56.221</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>85.993</u>	<u>56.221</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Demonstração de sobras ou perdas Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas da intermediação financeira	<u>8.803</u>	<u>6.357</u>
Operações de crédito (Nota 7)	8.295	5.859
Depósitos intercooperativos	508	498
Despesas de intermediação financeira	<u>-3.393</u>	<u>-2.377</u>
Operações de captação no mercado (Nota 11)	-615	-470
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)	-2.257	-1.312
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-521	-595
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>5.410</u>	<u>3.980</u>
Outras receitas e despesas operacionais	<u>-3.089</u>	<u>-2.685</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	654	306
Rendas de tarifas bancárias (Nota 17)	754	550
Despesas de pessoal(Nota 18)	-2.824	-1.947
Despesas administrativas (Nota 19)	-1.145	-1.032
Despesas tributárias	0	-1
Outras receitas operacionais (Nota 20)	881	496
Outras despesas operacionais (Nota 21)	-1.409	-1.057
Resultado operacional	<u>2.321</u>	<u>1.295</u>
Resultado não operacional	<u>2</u>	<u>0</u>
Resultado antes da tributação	<u>2.323</u>	<u>1.295</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>0</u>	<u>-2</u>
Provisão para imposto de renda	0	-1
Provisão para contribuição social	0	-1
Sobras (perdas) do exercício	<u>2.323</u>	<u>1.293</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Fundo de Reserva	Sobras (perdas) acumuladas	Total
Em 1 de janeiro de 2018	5.716	2.148	539	8.403
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	338	201	-539	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	0	0
Integralizações de capital	1.928	51	0	1.979
Baixas de capital	-402	0	0	-402
Aporte de recursos feitos pelo fundo de liquidez e expansão (Nota 16g)			50	50
Sobras (perdas) do exercício	0	0	1.293	1.293
Destinações legais e estatutárias	383	364	-838	-91
Fates	0	0	-91	-91
Fundos de Reserva	0	364	-364	0
Juros ao capital próprio	383	0	-383	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2018	<u>7.963</u>	<u>2.764</u>	<u>505</u>	<u>11.232</u>
Em 1 de janeiro de 2019	7.963	2.764	505	11.232
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	341	164	-505	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	0	0
Integralizações de capital	2.391	0	0	2.391
Baixas de capital	-395	0	0	-395
Sobras (perdas) do exercício	0	0	2.323	2.323
Destinações legais e estatutárias	536	715	-1.430	-179
Fates	0	0	-179	-179
Fundos de Reserva	0	715	-715	0
Juros ao capital próprio	536	0	-536	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2019	<u>10.836</u>	<u>3.643</u>	<u>893</u>	<u>15.372</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação	2.323	1.295
Ajustes as sobras/perdas líquidas	248	569
Despesas de depreciação e amortização	101	66
Constituição (Reversão) de provisão de credito de liquidação duvidosa	147	503
Variações patrimoniais	-1.948	-705
Operações de crédito	-26.848	-17.733
Outros créditos	-554	-195
Outros valores e bens	0	0
Depósitos	5.199	3.231
Obrigações por empréstimos e repasses	19.736	13.862
Relações Interdependências	12	3
Outras obrigações	507	127
Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-2
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	623	1.157
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Valor recebido pela venda de imobilizado	109	74
(Integralização)/Resgate de cotas de investimento	-855	-491
Aquisição de imobilizado de uso	-718	-41
Aplicação no intangível	0	0
Outros ajustes	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de Investimento	-1.464	-458
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização capital	2.391	1.979
Baixas Capital	-395	-402
Distribuição Sobras Pagamento	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	1.996	1.577
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.155	2.276
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.385	7.109
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>10.540</u>	<u>9.385</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás (Cooperativa), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cresol Central Baser ('Central Cresol'), localizada no município de Orizônia-GO. A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 20 de Novembro de 2000 e tem por objetivos principais:

- (a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;
- (b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- (c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- (d) o estímulo ao desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do sistema Cresol.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e 5.764/1971, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já aprovados pelo CMN: CPC 00 (R2)-Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Homologado pela Deliberação CVM 835 de 11/12/2019; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução Bacen/CMN 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.750/09; CPC 24 - Evento Subsequente -homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução Bacen/CMN 4.335/16; CPC 33 - Benefícios a 3.823

Os CPC's, 10 (R1) Pagamento Baseado em ações e 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa Retificação de Erro, apesar de aprovados pelo CMN, não afetaram as demonstrações financeiras da Cooperativa.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas calculadas referentes ao valor justo de ativos financeiros, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A divulgação destas demonstrações financeiras foram autorizadas pela diretoria em 21 de fevereiro de 2020

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate ajustadas ao valor presente, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro que são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

Demonstração do Resultado com Ato Não Cooperativo

	2019	2018
Receita com Ato Não Cooperativo	1	0
Custo com Ato Não Cooperativo	1	4
Resultado com Ato Não cooperativos	0	-4
Tributos com Ato Não Cooperativo	0	2

O resultado de atos não cooperativos é imaterial e por essa razão não estão sendo apresentados na demonstração de sobras ou perdas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 32% do lucro tributável.

(b) Disponibilidades

As disponibilidades incluem dinheiro em espécie, cheques recebidos e ainda não depositados, pagáveis sem restrição e imediatamente, e contas de livre movimentação mantidas pela cooperativa em bancos.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(d) Relações Interfinanceiras - Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Central Cresol, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

(e) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas pro rata temporis até a data do balanço.

(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>
A vencer ou até 14 dias	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível 'H' permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(g) Ativo permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. Os percentuais de depreciação estão abaixo listados:

Edificações.....	4% a.a
Instalações,móveis e utensílios e sistemas de comunicação, segurança e transporte.....	10% a.a
Sistema de processamento de dados.....	20% a.a
Veículos.....	20% a.a

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(i) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 31 de dezembro de 2019.

(j) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os depósitos à vista e a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(l) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas. Os processos judiciais classificados como risco remoto não são provisionados e nem divulgados.

(m) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada período. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(o) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

5 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que os negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

(a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

(b) Risco de mercado e risco de liquidez

A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades da Cresol.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Cresol, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Cresol. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Cresol com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das do Sistema Cresol;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sistema Cresol.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Disponibilidades e relações interfinanceiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	619	342
Relações interfinanceiras	9.921	9.043
	<u>10.540</u>	<u>9.385</u>

Disponibilidades

São os recursos disponíveis e utilizados pela Cooperativa para a movimentação financeira com o objetivo de receber valores financeiros e pagar compromissos financeiros de curto prazo e rotineiros.

Relações interfinanceiras

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 100,00 % do CDI (2018 - 100%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita apresentada foi de R\$ 508 (2018 - R\$ 498) registrada na rubrica receitas de intermediação financeira na demonstração de sobras ou perdas.

7 Operações de crédito

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação (líquido de PCLD)

			<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Operações de crédito - Recursos próprios				
Empréstimos e títulos descontados	8.219	3.631	11.850	6.838
Financiamentos Rurais e agroindustriais	4.504	1.911	6.415	3.925
Financiamentos	2.080	5.393	7.473	5.480
Operações de crédito - Recursos por repasses				
Financiamentos Rurais e agroindustriais	19.538	26.650	46.188	28.982
Carteira total	<u>34.341</u>	<u>37.585</u>	<u>71.926</u>	<u>45.225</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das operações de recursos próprios é de 24,14% ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 6.213 (2018 - R\$ 4.697, com remuneração média de 28,89%) e a remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das operações de recursos por repasses é de 4,51 % ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 2.082 (2018-R\$ 1.162 e a remuneração média foi de 4,01%) registrado na rubrica operações de crédito das demonstrações de sobras ou perdas.

(b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

	Carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
	2019	2018	2019	2018
Níveis de risco				
Nível AA	0	0	0	0
Nível A	41.721	28.648	-207	-143
Nível B	24.024	13.605	-240	-136
Nível C	6.484	2.820	-195	-85
Nível D	223	400	-22	-40
Nível E	135	91	-41	-27
Nível F	61	128	-30	-64
Nível G	44	93	-31	-65
Nível H	318	377	-318	-377
Total	73.010	46.162	-1.084	-937

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Coobrigações em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações, quando existentes estão assim compostas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Garantias prestadas em operações de associados		
Carta aval/fiança - com operações de limite cartão	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

(d) Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do período	937	434
Constituição	256	503
Reversão	-109	0
	<u>1.084</u>	<u>937</u>

(e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cliente		
Pessoa física	65.889	43.444
Pessoa jurídica	7.121	2.718
	<u>73.010</u>	<u>46.162</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Distribuição por faixa de vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Faixas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	202	187
Entre 31 e 60 dias	68	71
Entre 61 e 90 dias	45	21
Entre 91 e 120 dias	8	13
Entre 121 e 150 e dias	7	21
Entre 151 e 180 e dias	7	17
Entre 181 e 240 e dias	8	38
Entre 241 e 300 e dias	19	51
Entre 301 e 360 e dias	10	11
Entre 361 e 540 e dias	2	0
	<u>376</u>	<u>430</u>
Operações a vencer		
Até 30 dias	2.732	1.432
Entre 31 e 60 dias	1.589	1.280
Entre 61 e 90 dias	1.786	945
Entre 91 e 180 dias	14.291	6.761
Entre 181 e 360 dias	13.781	10.847
Entre 361 e 720 e dias	11.622	7.231
Entre 721 e 1080 e dias	8.465	5.211
Entre 1081 e 1440 e dias	6.585	3.682
Entre 1441 e 1800 e dias	5.372	3.604
Entre 1801 e 5400 e dias	5.622	4.370
Vencer prazo indeterminado (cheque especial e limite de crédito)	<u>789</u>	<u>369</u>
	<u>72.634</u>	<u>45.732</u>
	<u>73.010</u>	<u>46.162</u>

(g) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações		
Renegociadas	425	636
Lançadas contra prejuízo	265	92
Recuperadas de prejuízo (Nota 20)	181	90

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Outros créditos

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

(a) Rendas a Receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas de Spread a receber Repasses Central	325	147
	<u>325</u>	<u>147</u>

(b) Diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	10	8
Cartão de credito	280	125
Devedores por compras de valores e bens	0	0
Provisão por Venda de Bens	-3	-1
Adiantamento por conta de imobilizações	211	0
Tributos a compensar	0	0
Imposto de renda a recuperar	0	0
Títulos e créditos a receber	0	0
Devedores diversos - País	10	1
	<u>508</u>	<u>133</u>

9 Outros valores e bens

Os saldos de outros valores e bens, estão assim demonstrados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bens não de uso próprio	0	0
Material de estoque	0	0
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Permanente - Investimentos

(a) Investimentos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Participação na Central Cresol (*)	1.683	828
Participação na Base Regional	0	0
Participação em outras empresas	0	0
	<u>1.683</u>	<u>828</u>

(*) Participação em 2019 referente a 2.16% (2017 - 1.06%) do capital social da Central Cresol.

(b) Permanente

	<u>2019</u>				<u>2018</u>
	Aquisições	Alienações	Depreciação	Liquido	Liquido
Imobilizações em Curso	239	-102	0	239	102
Terrenos	0	0	0	120	120
Instalações	0	0	0	0	0
Móveis e equipamentos de uso	208	-7	-33	297	129
Sistemas de Comunicação	76	0	-15	72	11
Sistemas de Processamento de Dados	164	0	-37	212	85
Sistemas de Segurança	31	0	-16	70	55
Sistemas de Transporte	0	0	0	1	1
	<u>718</u>	<u>-109</u>	<u>-101</u>	<u>1.011</u>	<u>503</u>

11 Depósitos

Os depósitos são constituídos pelos saldos mantidos pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos à vista	4.347	3.121
Depósitos a prazo	<u>13.244</u>	<u>9.138</u>
	<u>17.591</u>	<u>12.259</u>

As despesas com captação do exercício foram de R\$ 615 e o percentual médio de remuneração anual foi de 4,64% (2018-R\$470 e o percentual médio de remuneração anual foi de 5,14%), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Relações interdependências

As Relações interdependências, classificadas no passivo estão assim compostas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cartão Crédito	3	5
Outros	15	1
	<u>18</u>	<u>6</u>

13 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados a seguir:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Central Cresol Baser	20.559	30.755	51.314
	0	0	0
	0	0	0
	<u>20.559</u>	<u>30.755</u>	<u>51.314</u>

O grupo Obrigações por empréstimos refere-se a recursos tomados junto a Central Cresol Baser, com vencimento até 15 de fevereiro de 2028. Os encargos financeiros são calculados pro rata dia e as taxas estão de acordo com a modalidade de cada empréstimo bancário, sendo PRONAF (1% a 5,5%) e PRONAMP (5,5% a 7,5%). As taxas são definidas pelo Conselho Monetário Nacional e incidem diretamente sobre o saldo devedor. A taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados com a Central Cresol Baser foi de 4% ao ano (2018-4% a.a), representando uma despesa de R\$ 2.257 (2018-R\$1.312), lançada na rubrica “Despesas de intermediação financeira - operações de empréstimos e repasses” na demonstração de sobras ou perdas.

14 Outras obrigações - diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações por aquisição de bens e direitos	7	0
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	416	391
Provisão para pagamento a efetuar	232	71
Provisão para causas judiciais (Nota 15)	0	0
Credores diversos - País	15	4
Outras provisões	0	0
Repasse a operadora de cartão	274	119
	<u>944</u>	<u>585</u>

Os grupos 'Provisão para pagamentos a efetuar' e 'Credores diversos-País' referem-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

15 Provisão para causas judiciais

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa avaliou a existência de passivos relacionados a causas judiciais com probabilidade de perda considerada como provável. Quando existentes estes passivos devem ser provisionados.

Além disso, a Cooperativa analisa a existência de ações de natureza cível, trabalhistas e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis e remotos, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída:

Natureza	<u>Probabilidade de perda</u>	<u>Valor estimado de perda</u>	<u>Valor provisionado-saldo em 31 de dezembro de 2019</u>	<u>Valor provisionado- saldo em 31 de dezembro de 2018</u>
Tributária	Provável	0	0	0
Tributária	Possível	0		

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhista	Provável	0	0	0
Trabalhista	Possível	0		
Cível	Provável	0	0	0
Cível	Possível	0		
		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Números de associados	3.087	2.613
Capital social - milhares de reais	10.836	7.963

(b) Integralizações e baixa de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado.

(c) Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa havia provisionado a título de juros sobre capital próprio o valor de R\$ 536 (2018- R\$383).

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar no 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento dos juros foi incorporado às cotas de capital.

(d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10,00%, pelo menos, das sobras líquidas do exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 40,00% como fundo de reservas sobre as sobras líquidas do exercício.

(e) FATES

De acordo com artigo 28, inciso II, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5,00%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 10,00% como FATES sobre as sobras líquidas do exercício.

(f) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de Março de 2019, foi aprovada a destinação das sobras do exercício de 2018 de R\$ 505 sendo R\$ 341 para distribuição aos associados através de integralização de capital, proporcionalmente às operações por eles realizadas com a cooperativa no exercício de 2018 e R\$ 164 para o fundo de reserva (2017 - R\$ 539, sendo R\$ 201 para fundo de reserva, R\$ 338 para aumento de capital).

(g) Aporte do Fundo de liquidez e expansão

Conforme permitido pelo artigo 5 do Regimento do Fundo de Liquidez e Expansão da Central Cresol Baser, a Cooperativa acessou o fundo de Liquidez para compensar o saldo de perda acumulada apurado até aquela data. Este Fundo é para uso das cooperativas singulares quando acumulam perdas, em fase inicial de operação ou expansão.

17 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas de serviços bancários	7	0
Rendas de tarifas bancárias	754	550
Rendas com serviços de cartão de crédito	20	10
Renda com serviços de seguros	197	134
Rendas com serviços de spread sobre recebimento de títulos	0	0
Rendas de spread operações de repasse	422	162
Outras receitas diversas	8	0
	<u>1.408</u>	<u>856</u>

18 Despesas de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Honorários pagos a diretores e conselheiros (Nota 23)	498	491
Proventos	1.099	663
Encargos sociais	480	322
Benefícios	710	440
Treinamentos	37	31
Remuneração a estagiários	0	0
	<u>2.824</u>	<u>1.947</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços do sistema financeiro	103	95
Outras despesas administrativas	62	42
Aluguéis	95	53
Serviços de terceiros	83	28
Serviços de vigilância e segurança	54	61
Transporte	89	65
Processamento de dados	43	62
Promoções e relações públicas	92	113
Despesa de comunicações	74	125
Depreciação	101	66
Seguros	19	11
Água, energia e gás	40	29
Serviços técnicos especializados	1	3
Material	56	21
Manutenção e conservação de bens	59	89
Propaganda e publicidade	39	35
Despesas com Viagens	56	60
Despesas com ressarcimento de custos conselheiros	16	40
Despesas com copa e cozinha	10	15
Despesas com custas judiciais	9	0
Despesas de Cartórios	7	7
Despesas com Assembléias Gerais	13	0
Despesas de Uniformes	10	7
Despesas de diárias e estadias	14	5
Publicações	0	0
Despesa com outras provisões	0	0
Provisão para desvalorização de Bens não de Uso	0	0
	<u>1.145</u>	<u>1.032</u>

20 Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de encargos e despesas	103	77
Reversão de provisões operacionais	109	0
Rendas de títulos e valores mobiliários	0	0
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (Nota 7 (g))	181	90
Rateio antecipado de custos	0	0
Doações recebidas	0	0
Recuperação de custos projeto seguros	0	2
Outras rendas operacionais	488	327
	<u>881</u>	<u>496</u>

O montante de R\$ 488 das outras rendas operacionais é ressarcimento de despesas com plano de saúde cooperados e funcionários.

21 Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa do fundo garantidor de depósito	24	17
Descontos concedidos em renegociações	249	335

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas com Convênio Cooperativa Central (Nota 23)	320	170
Prejuízo com Adiantamento a Depositantes	0	0
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 23)	0	7
Despesas com Consultas CAD (SPC/SERASA)	0	0
Despesas com operações de caixa	0	0
Despesas com administração de cartão crédito	42	26
Despesas com Fundo de Liquidez e Expansão	41	51
Despesas com Rateio de Custos Confederação	225	93
Despesas com perdas operacionais	22	21
Despesas com Processos Judiciais	0	0
Despesas com Mensalidades Infocos/Unicafes	0	4
Despesas com ISSQN	0	0
Despesas de Atualização de Impostos	0	0
Outros	475	321
	<u>1.409</u>	<u>1.057</u>

22 Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas na rubrica Despesas de Pessoal (Nota 18) valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado é de R\$ 274 (2018- R\$ 173).

23 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos à vista		
Pessoas físicas	<u>139</u>	<u>45</u>
Depósitos a prazo		
Pessoas físicas	<u>200</u>	<u>64</u>
Operações de crédito	<u>957</u>	<u>942</u>
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave (Nota 18)	<u>498</u>	<u>491</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Goiás

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, são os seguintes os saldos com a parte relacionada Central Cresol:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Centralização Financeira – cooperativas (Nota 6)	9.921	9.043
Remuneração da Centralização Financeira	508	498
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	51.314	31.577
Despesas com operações de empréstimos e repasses	2.257	1.312
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 21)	0	7

As despesas da Central Cresol são rateadas mensalmente para as cooperativas e ela filiadas de acordo com os critérios abaixo:

Parte do Orçamento anual da Central Cresol Baser é proveniente das mensalidades das cooperativas e ela filiadas, sendo que o rateio é realizado de acordo com o enquadramento no que diz respeito ao teto de endividamento da mesma junto ao BNDES. O valor da mensalidade é resultante da multiplicação do valor estabelecido, baseado no salário mínimo Federal considerado na data da aprovação dos critérios de rateio (R\$938,00) X índice de enquadramento conforme abaixo:

Faixa	Enquadramento porte:
Até 5 milhões de Teto	1
De 5 à 7 milhões de Teto	2
De 7 à 12 milhões de Teto	3
De 12 à 15 milhões de Teto	4
De 15 à 20 milhões de Teto	5
De 20 à 25 milhões de Teto	6
De 20 à 25 milhões de Teto	7
De 20 à 25 milhões de Teto	8

- a) Cooperativas com até 6 meses são isentas de pagamento de mensalidade;
- b) Cooperativas de 6 a 12 meses contribuem com mensalidade equivalente a 50% do salário mínimo federal;
- c) Cooperativas com mais de 12 meses passam a contribuir conforme critério de rateio acima;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de despesas rateada para a Cooperativa foi de R\$ -320(2018 - R\$ -170), alocadas no grupo 'Outras despesas operacionais' na demonstração de sobras ou perdas (Nota 21).

24 Índices de Basileia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Límites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	15.372	11.232
Referência nível mínimo requerido	7.614	4.760
Referência capital mínimo requerido	7.686	5.113
Imobilizado para cálculo do limite		
Índice de imobilização (limite 50%) - %	14,00	28,00

* * *